

## **1. Informações Gerais**

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (UG 070017) é um órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário da União e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.). É composto de sete juízes: dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ-RJ); dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo TJ; um juiz do Tribunal Regional Federal (TRF – 2ª Região); e dois juízes nomeados pelo presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça (art. 120 da CF/1988). A sede do Tribunal está localizada na Avenida Presidente Wilson, nº 194 e 198, Centro – Rio de Janeiro. Sob sua jurisdição administrativa e financeira há 165 Zona Eleitorais distribuídas por todo o Estado do Rio de Janeiro. Cada Zona Eleitoral é composta por um juiz de direito de primeiro grau de jurisdição da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, sendo algumas de suas atribuições: (i) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns, exceto o que for da competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais; (ii) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; e (iii) tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições. Os cartórios da Juízos Eleitorais estão instalados em imóveis alugados de terceiros, em imóveis ou espaços cedidos por outros órgãos públicos e em imóveis próprios.

## **2. Políticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades. Essas informações foram organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n. 4.320, de 1964, do Decreto-Lei n. 200, de 1967, do Decreto n. 93.872, de 1986, da Lei n. 10.180, de 2001, e da Lei Complementar n. 101, de 2000. Atendem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial. Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado.

Foram registradas no ativo patrimonial as despesas antecipadas decorrentes de contratação de assinaturas de jornais, revistas, periódicos e de contratação de seguros de bens móveis e imóveis. As despesas antecipadas foram amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

Em relação aos bens imóveis, o cadastramento inicial é realizado no SpiuNET, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual utiliza de parâmetros próprios de registros. A reavaliação ou atualização dos valores é realizada a partir do sistema SpiuNET mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

Os bens do ativo imobilizado foram depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público– MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional, e seus respectivos valores foram contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio foi a de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente, para implantação e ajuste de contas até o final do exercício de 2019.

As transferências financeiras são realizadas mensalmente, por meio de sub-repasses, pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Nesta UPC há uma seção de contabilidade que faz parte da estrutura da Coordenadoria Financeira e Contábil da Secretaria de Orçamento e Finanças. Ela é composta por 06 (seis) servidores, sendo 02 (dois) contadores. Compete ao setor: I - classificar e apropriar as despesas correntes e de capital; II - controlar, analisar e conciliar os saldos das contas contábeis do Tribunal; III - contabilizar as cauções, fianças e demais garantias contratuais; IV - analisar, mensalmente, o Relatório de Movimentação do Almoxarifado – RMA e o

Relatório de Movimentação de Bens – RMB, promovendo a conciliação entre os saldos; V - realizar os procedimentos contábeis necessários ao encerramento do exercício; VI - elaborar a Declaração de Imposto de Renda na Fonte dos pagamentos referentes a contratos de locação, prestação de serviços e fornecimento de bens, celebrados pelo Tribunal. O chefe da seção é o servidor do quadro do TRE/RJ especialidade - contador: Luiz Carlos Fernandes Freire, bem como o Coordenador Contábil Financeiro é o servidor do quadro do Tribunal - especialidade - contador - Luciano Gonçalves de Carvalho, ambos exercem as mencionadas funções desde 07/04/2015.

No exercício de 2019 foram realizadas duas auditorias internas que envolveram a unidade, conforme descrições sucintas abaixo:

- l) **Auditoria nº 05/2019 - Ação Coordenada de Auditoria do CNJ - Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil.** No exercício de 2019 foram realizadas duas auditorias internas que envolveram a unidade, conforme descrições sucintas abaixo:

Ação Coordenada de Auditoria do CNJ - cujo objetivo foi a avaliação os conteúdos estabelecidos para a governança orçamentária e financeira e a análise da adequação orçamentária e financeira utilizando como base os requisitos estabelecidos na Legislação Federal, nas Resoluções CNJ nº 195/2014 e nº 198/2014, e nas boas práticas nacionais e internacionais. A principal recomendação foi desenvolver formalmente mecanismos de planejamento e acompanhamento da execução orçamentária, para otimizar a alocação dos recursos orçamentários, tendo em vista a descontinuidade de compensação orçamentária prevista no artigo 107, § 7º da Emenda Constitucional 95/2016. Tal recomendação teve como apontamento o risco da possibilidade de corte de projetos importantes para o cumprimento da estratégia do órgão para se adequar ao teto orçamentário, como consequência da diminuição da dotação orçamentária decorrente da não concessão de compensação no orçamento de 2020. (Auditoria 05/2019)

- 1) A Secretaria já disponibiliza relatórios semanais da execução orçamentária para todas as UGR's, diários para STI, SSG e SAD, além de relatórios de Pre-empenho para as URG's e de contratos.
- 2) Sugere-se ainda:
  - que as unidades envolvidas consultem e se manifestem em relação à análise dos indicadores estratégicos IE-33 e IE-35, com vistas a tomada de decisões;
  - acompanhamento da execução do plano de contratações anual;
  - Acompanhamento, via Portal da Estratégia, da gestão de processo do dia a dia (monitorar a execução orçamentária);
  - implementação de Sistema de Controle de Contratos (SCC). Em que pese a existência do SEI atualmente, o SCC permitirá o acompanhamento por parte dos fiscais, bem como a inserção de dados, que podem ser tecnicamente exportados com finalidades variadas: estudos de projeção de gastos, para um portal BI, etc.;
  - regramento para limitar aquisições não constantes no plano de contratação anual que devem obedecer à previsão de atesto definitivo da nota fiscal até o 15 de dezembro (cronograma inverso), de tal forma que permita o recebimento do bem, a liquidação e o pagamento dentro do mesmo ano, minimizando inscrição em Restos a Pagar e o comprometimento financeiro do ano subsequente;
  - regramento que permita consulta às empresas sobre interesse na emissão de nota fiscal parcial correspondente ao período de 01 a 15 de dezembro relativo aos serviços prestados, com pagamento ainda dentro do mesmo ano. A análise documental pela SEACTE ocorrerá após a emissão da nota fiscal complementar (16 a 31/dez), assim como todos os demais preceitos da IN 02/2016-GP. Sempre após a execução dos serviços do período definido. Tal regramento permitirá minimizar inscrição em Restos a Pagar e o comprometimento financeiro do ano subsequente;
  - promover treinamento de fiscais objetivando capacitação em cálculo de diferença a repactuar em contratos de serviços de postos de trabalho. Com isso, regramento para promover reaproveitamento de eventuais saldos orçamentários para empenhar valor estimativo de repactuação do ano em curso e

inscrição em Restos a Pagar, minimizando o uso do orçamento do ano vindouro (despesas de exercícios anteriores);

- regramento para fins de projeção de despesas de contratos trimestralmente, e indicação de eventuais cancelamentos parciais de empenho, com vistas à otimização dos recursos orçamentários e aproveitamento dos ensejos de crédito adicional;
- regramento de IN sobre final de exercício e inscrição em RP;
- regramento de cronograma de atividades para encerramento do exercício.

## **II) Auditoria nº 01/2019 – Restos a Pagar**

Restos a Pagar – Contratações - cujo objetivo foi verificar as principais causas da permanência de saldos em Restos a Pagar de notas de empenho que teriam ultrapassado o limite de validade disposto no § 2º do art. 68 do Decreto 93.872/86, em sua redação anterior ao Decreto 9.428/2018, ou ainda o prazo prescricional de cinco anos até então previsto no ora revogado art. 70. Em suma, verificou-se que em alguns casos a inexistência de documentos que permitissem identificar as razões de permanência do saldo de restos a pagar e, nos demais casos, verificou-se como principais causas de permanência prolongada de saldos em restos a pagar. Diante das constatações foram expedidas recomendações de modo a contribuir para a melhoria da qualidade e consistência das informações prestadas por meio dos registros e demonstrativos contábeis e, ainda, para a diminuição de estoque composto por saldos que não possuam real potencial de pagamento. (Auditoria 01 de 2019)

- 1) No âmbito desta Secretaria, com vistas à transparência e eficiência, e servindo de subsídio para o modelo de acompanhamento pelos fiscais/unidades gestoras são disponibilizados arquivos com os saldos orçamentários e financeiros semanais dos empenhos emitidos, bem como relatório da execução dos contratos na pasta compartilhada, no endereço [file:///rjarq04/consultas\\_orcamentarias\\$](file:///rjarq04/consultas_orcamentarias$)
- 2) Estuda-se a possibilidade de disponibilização diária, às UGRs, das informações acima descritas.
- 3) A Coordenadoria de orçamento encaminha, periodicamente, às unidades gestoras, relatório com os empenhos inscritos em restos a pagar para ciência e análise das mesmas quanto à eventual cancelamento parcial/integral, com vistas a subsidiar a tomada de decisão.
- 4) Introduzimos no relatório, campo adicional para apresentação de justificativas pela unidade gestora quanto à manutenção ou não da inscrição em restos a pagar.
- 5) No que tange aos demais trabalhos relativos ao monitoramento de recomendações expedidas para a área, maiores informações podem ser encontradas no Relatório Anual de Auditoria Interna, parte integrante desta Prestação de Contas.

## **3. Notas Explicativas:**

**As Demonstrações Contábeis são compostas por:**

- Balanço Patrimonial - BP;
- Balanço Financeiro – BF;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

## Composição dos principais itens das Demonstrações Contábeis

### *Nota 1: Caixa e Equivalente de Caixa.*

Representam valores recebidos do Tribunal Superior Eleitoral para pagamento de despesas ou aquisição de bens autorizados na Lei Orçamentária Anual durante o exercício de 2019 e de recursos referentes ao pagamento de Restos a Pagar. Não há saldo em moeda estrangeira. Houve aumento de 50%, tendo em vista a expectativa de pagamento de diversas obrigações com vencimento no período de 15/12/19 a 15/01/20 que não se concretizaram. Mesmo com a variação acima, o item representou menos de 5% para os anos 2019 e 2018.

### *Nota 2: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos a servidores de auxílio-alimentação e auxílio-transporte, bem como créditos a receber oriundos de acertos financeiros com os servidores. O item manteve-se estável entre os exercícios 2019 e 2018, tanto em valores monetários quanto em valores proporcionais ao ativo (7%).

### *Nota 3: Estoques*

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. O item sofreu aumento de 50% devido à devolução de cartão de memória utilizado nas urnas. A peça fica guardada no almoxarifado. Nas eleições são distribuídos aos Cartórios Eleitorais para serem adicionados às urnas eletrônicas. No ano seguinte, são retirados e retornam para o almoxarifado, permanecendo até as próximas eleições.

### *Nota 4: Imobilizado*

Segue composição do imobilizado para os anos de 2018 e 2019:

| Imobilizado                    | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Bens Moveis                    | 51.550.735,07  | 57.056.351,05  |
| (+) Valor Bruto Contábil       | 114.606.288,99 | 110.086.046,43 |
| (-) Deprec e Amortiz Acumulada | -63.055.553,92 | -53.029.695,38 |
| Bens Imóveis                   | 22.794.764,22  | 25.137.451,30  |
| (+) Valor Bruto Contábil       | 27.821.467,87  | 27.755.714,16  |
| (-) Deprec e Amortiz Acumulada | -5.026.703,65  | -2.618.262,86  |
| Total do Imobilizado           | 74.345.499,29  | 82.193.802,35  |

Os bens móveis em 31/12/2019 totalizam R\$ 51.550.735,07 e estão distribuídos na forma abaixo:

| Conta                              | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Equipamentos de TI                 | 96.541.239,52  | 93.161.892,24  |
| Mobiliário em Geral                | 7.065.917,85   | 6.558.566,20   |
| Veículos                           | 4.399.747,37   | 4.399.747,37   |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos  | 2.946.269,71   | 2.432.320,74   |
| Maquinas e Equipamentos Energético | 1.269.257,09   | 1.182.350,09   |
| Demais bens móveis                 | 2.383.857,45   | 2.351.169,79   |
| (-) Deprec e Amortiz Acumulada     | -63.055.553,92 | -53.029.695,38 |
| Total                              | 51.550.735,07  | 57.056.351,05  |

Dos Bens Móveis do TRE-RJ, 84% referem-se a equipamentos de TI, 6% mobiliário geral e 4% veículos.

Os Bens Imóveis da União registrados no TRE-RJ totalizam R\$ 22.794.764,22 em 31/12/2019,

distribuídos na forma abaixo:

| Conta                                    | 31/12/2019    | 31/12/2018    |
|------------------------------------------|---------------|---------------|
| Bens de uso especial                     | 26.586.392,36 | 26.586.392,36 |
| Benfeitorias em Propriedade de Terceiros | 842.788,76    | 834.888,76    |
| Instalações                              | 285.278,41    | 285.278,41    |
| Estudos e Projetos                       | 107.008,34    | 49.154,63     |
| (-) Deprec e Amortiz Acumulada           | -5.026.703,65 | -2.618.262,86 |
| Total dos imóveis                        | 22.794.764,22 | 25.137.451,30 |

Os Bens de Uso Especial, destinado a atividade administrativa e prestação de serviço ao cidadão, representam 96% dos bens imóveis registrados na contabilidade.

"No exercício de 2019 houve o acréscimo de 92,55% na Depreciação Acumulada de Bens Imóveis da Justiça Eleitoral em relação ao exercício anterior.

Segundo informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade.

Considerando que o exercício de 2019 se encontra encerrado, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento. (Fonte: COFIC/TSE)"

#### **Nota 5: Intangível**

| Conta                              | 31/12/2019    | 31/12/2018   |
|------------------------------------|---------------|--------------|
| Softwares - Consolidação           | 5.267.953,62  | 5.220.653,64 |
| Softwares Com Vida Útil Definida   | 2.199.901,03  | 2.152.601,05 |
| Softwares Com Vida Útil Indefinida | 3.068.052,59  | 3.068.052,59 |
| Amortização Acumulada              | -1.075.893,56 |              |
| Total do Intangível                | 4.192.060,06  | 5.220.653,64 |

No intangível o item Software com Vida útil Indefinida representa 58% do grupo. O sistema de patrimônio utilizado pela Justiça Eleitoral foi alterado em novembro de 2019 para inclusão do módulo de controle dos bens intangíveis e com a amortização correspondente, para implantação e ajuste de contas até o final do exercício de 2019.

#### **Nota 6: Valores a Pagar**

| Contas                           | 31/12/2019    | 31/12/2018    |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Férias a pagar                   | 20.851.506,47 | 12.097.989,79 |
| Atrasados Devidos aos Servidores | 10.338.018,89 | 10.304.666,00 |
| Outros                           | 1.764.585,28  | 7.727.796,28  |
| Valor do Passivo                 | 32.954.110,64 | 30.130.452,07 |

O Passivo do TRE é composto por 95% de valores devido a servidores: parte referente a férias, reconhecida pelo regime de competência, e parte referente a valores atrasados extraídos do sistema de pessoal da Justiça Eleitoral.

#### **Nota 7: Obrigações Contratuais**

Em 31/12/2019 o TRE-RJ possuía o saldo de R\$ 27.173.991,09 referente a obrigações contratuais de parcelas de contratos que serão executados nos próximos exercícios.

A seguir apresenta-se a tabela com as obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

| Natureza dos Contratos | 31/12/2019    | 31/12/2018    |
|------------------------|---------------|---------------|
| Seguros                | 1.632,45      | 59.999,65     |
| Serviços               | 23.861.385,39 | 29.620.498,84 |
| Aluguéis               | 2.472.133,69  | 4.650.934,59  |

|                      |               |               |
|----------------------|---------------|---------------|
| Fornecimento de Bens | 838.839,56    | 1.373.991,08  |
| Total                | 27.173.991,09 | 35.705.424,16 |

As obrigações contratuais relacionadas com os serviços representam 88% do total das obrigações assumidas pelo TRE-RJ ao final de 31/12/2019. Na tabela abaixo estão relacionados os dez maiores contratados, com os respectivos saldos a executar em 31/12/2019:

| Empresa                             | Saldo a Executar |
|-------------------------------------|------------------|
| SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES       | 5.815.377,37     |
| SEGIL - VIGILÂNCIA E SEGURANCA LTDA | 1.521.436,48     |
| LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO     | 1.318.281,63     |
| PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA      | 1.269.365,46     |
| TELEMAR NORTE LESTE S.A.            | 1.167.641,28     |
| EMP. BRAS. CORREIOS E TELÉGRAFOS    | 958.477,39       |
| DATA CORPORE TELECOM.               | 933.730,06       |
| FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS        | 912.648,91       |
| INTEROP INFORMATICA LTDA            | 832.763,04       |
| VR CONSULTORIA LTDA                 | 731.121,66       |

Em relação aos contratados acima, eles representam 57% do total do valor contratado. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- **SM21 ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES:** prestação de serviços de manutenção e reparos dos prédios que abrigam os órgãos do Tribunal.
- **SEGIL - VIGILÂNCIA E SEGURANCA LTDA:** contrato de prestação de serviços de vigilância patrimonial e auxílio a segurança eletrônica.
- **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO:** serviço de limpeza e conservação para as zonas eleitorais das regiões metropolitana, costa verde e médio paraíba, norte e noroeste fluminense, centro sul fluminense e serrada.
- **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA:** contrato de prestação de serviços de gestão de abastecimento de combustíveis, com a utilização de cartões magnéticos, para a frota de veículos a serviço do Tribunal.
- **TELEMAR NORTE LESTE S.A:** serviço telefônico fixo comutado - stfc, modalidade local, fixo para fixo e fixo p/ móvel.
- **EMPRESA BRASILEIRA CORREIOS E TELÉGRAFOS:** contratação de serviços e produtos postais disponibilizados sob regime de monopólio.
- **DATA CORPORE TELECOM:** serviço de acesso à internet p/ unidades judiciárias, cadastramento biométrico, justiça itinerante, eleitor do futuro, polos eleitorais.
- **FOCO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:** serviços de operação de postos de trabalho de carregadores e de supervisor de carregadores para o Núcleo Administrativo do Caju e para o depósito da Av. Rodrigues Alves.
- **INTEROP INFORMATICA LTDA:** prestação de serviços para a organização, desenvolvimento, implantação e a operação continuada de central de serviços (help desk).
- **VR CONSULTORIA LTDA:** serviço de conservação para as urnas eletrônicas do Tribunal.

**Nota 8: Demonstração das Variações Patrimoniais**

As principais Variações Patrimoniais Aumentativa estão resumidas na tabela a seguir:

| Conta                                                                                                          | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------|
| Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse).                        | 559.397.604,53 | 538.355.749,37 |
| Transferências financeiras recebidos para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária) | 16.726.573,15  | 4.267.470,29   |

|                        |                |                |
|------------------------|----------------|----------------|
| Multas administrativas | 8.754.427,90   | 12.070.452,22  |
| Outras VPAs            | 1.808.277,03   | 14.107.458,17  |
| Total                  | 586.686.882,61 | 568.801.130,05 |

As Transferências financeiras recebidas em virtude da execução orçamentária (sub-repasse) e as Transferências financeiras recebidos para pagamento de restos a pagar (independentes da execução orçamentária) integram o item da VPA denominado Transferências Intragovernamentais e representam 98% dos valores recebidos.

Os valores a título de Multas Administrativas são, em grande maioria (96%), relacionados ao descumprimento de Normas Eleitorais tais como: eleitor que não foi votar; mesário convocado que não trabalhou nas eleições e candidato multado por propaganda eleitoral irregular. Este valor é automaticamente repassado ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), previsto pela Lei nº 9.096/1995 e gerenciado pelo TSE.

As principais Variações Patrimoniais Diminutivas estão resumidas na tabela a seguir:

| Despesas                                   | 31/12/2019     | 31/12/2018     |
|--------------------------------------------|----------------|----------------|
| Pessoal e Encargos                         | 364.358.760,59 | 353.276.688,29 |
| Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 155.950.288,39 | 146.118.607,86 |
| Uso de Material de Consumo                 | 1.597.820,25   | 8.966.796,70   |
| Serviços                                   | 47.806.164,57  | 50.824.757,53  |
| Depreciação, Amortização e Exaustão        | 13.175.384,48  | 10.925.359,37  |
| Outras despesas                            | 11.650.915,25  | 21.138.264,26  |
| Total                                      | 594.539.333,53 | 591.250.474,01 |

O aumento de 3% das despesas com Pessoal e Encargos se deve à progressão e promoção dos servidores prevista no plano de cargos e salário do Judiciário Federal. O aumento de 6% das despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais se deve à aposentadoria dos servidores. Ambas as despesas estão dentro do limite fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas de Uso de Material de Consumo e Serviços reduziram 17%, tendo em vista que em 2018 foi um ano eleitoral (Eleições Gerais), o que não se repetiu em 2019.

#### **Nota 9: Restos a pagar**

Com a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, o TRE/RJ implementou diversos ajustes no acompanhamento da execução financeira do órgão com o objetivo de reduzir gradativamente o estoque da inscrição de restos a pagar. A partir da implementação da citada Emenda, observa-se que, em todos os anos posteriores, houve uma significativa redução nas inscrições em relação a 2016.

Em 2019 ocorreu a inscrição de R\$ 5.153.707,28, o que representou 54% em relação a de 2016. Já ao final do último exercício, houve a inscrição de um valor menor que a metade do valor inscrito no exercício da edição da citada Emenda, totalizando um estoque de R\$ 4.146.077,51 para o exercício de 2020.

#### **Nota 10: Balanço Orçamentário**

A coluna “Saldo da Dotação” apresenta saldo negativo de R\$ 4.772.267,91 nas despesas correntes, em decorrência, em sua maior parte, de descentralização de crédito concedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE para realização do cadastramento biométrico na ação: Implantação do sistema de Automação de Identificação Biométrica. Sendo assim, impactando no resultado final da Saldo da Dotação no valor negativo de R\$ 545.605,73.